



3ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 321459-9

EMBARGANTE: VRG LINHAS AÉREAS S.A

EMBARGADO: Rodrigo Cesar Silva de Andrade e OUTROS

RELATOR: DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO

ACÓRDÃO

EMENTA: PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. REDISSCUSSÃO DA MATÉRIA DECIDIDA. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE CONTÉM A NECESSÁRIA MOTIVAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OBRIGAÇÃO POR PARTE DO JULGADOR DE DECIDIR CONFORME PLEITEADO PELAS PARTES. EMBARGOS REJEITADOS, À UNANIMIDADE DE VOTOS.

- O Acórdão recorrido contém a necessária motivação, pronunciando-se explicitamente sobre todas as questões relevantes para o deslinde da controvérsia;
- Nada existe a aclarar no acórdão embargado. Os Embargos de Declaração não se prestam para rediscutir a matéria já julgada. Massiva jurisprudência interdita essa utilidade aos embargos de declaração.
- Não está o Juiz obrigado a decidir a lide conforme com o pleiteado pelas partes, mas sim conforme o seu livre convencimento, não se prestando os embargos de declaração para forçar artificialmente manifestação do colegiado a fim de ensejar prequestionamento;
- A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que, mesmo em âmbito de prequestionamento, é necessário que o Embargante indique um dos vícios elencados no art. 535 do CPC.
- **Embargos rejeitados, à unanimidade de votos.**

ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos **Embargos de Declaração na Apelação nº 321459-9**, em que figura como Embargante VRG LINHAS AÉREAS S.A e como Embargado Rodrigo Cesar Silva de Andrade e OUTROS, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **REJEITAR** os Embargos de Declaração, nos termos do voto da relatora.

Recife, 28 - J - 2014

Desembargador Bartolomeu Bueno
Relator



3ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 321459-9

EMBARGANTE: VRG LINHAS AÉREAS S.A

EMBARGADO: RODRIGO CESAR SILVA DE ANDRADE e OUTROS

RELATOR: DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO

RELATÓRIO

Cuida-se de Embargos de Declaração opostos contra acórdão desta C. 3ª Câmara Cível, que negou provimento à Apelação nº 321459-9, mantendo em todos os seus termos a sentença de fls. 125/127 proferida pelo juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Petrolina que, nos autos de Ação de Indenização por Danos Materiais e Morais (Processo nº 13459-12.2012.8.17.1130), julgou totalmente procedente o pedido autoral de indenização por danos materiais e parcialmente procedente o pedido de indenização por danos morais.

O recurso, manejado com efeito de prequestionamento, acusa, em suma, as seguintes omissões e contradições: a) descon sideração da impossibilidade, demonstrada nos autos, de imputar os fatos que ensejaram a demanda à embargante; b) descon sideração da comunicação sobre o cancelamento do voo feita com antecedência aos embargados; c) ausência de menção às normas do art. 5º, inc. V da CR/88; arts. 4º e 5º da LICC e arts. 403, 884 e 946 do CC/02; e d) aplicação incorreta do art. 944 do CC/02, dada a ausência de comprovação dos danos.

Ao final, pede o embargante pelo provimento dos aclaratórios para saneamento das omissões e contradições.

É o breve relatório.

Recife, 28-11-2014

Desembargador Bartolomeu Bueno

Relator



3ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 321459-9

EMBARGANTE: VRG LINHAS AÉREAS S.A

EMBARGADO: RODRIGO CESAR SILVA DE ANDRADE E OUTROS

RELATOR: DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO

VOTO

Conheço dos embargos por preencher os requisitos de admissibilidade pertinentes.

Percebe-se, de início, a pretensão de rediscussão da matéria já decidida por este órgão jurisdicional colegiado fracionário mediante recurso inadequado.

As omissões e contradições apontadas pela embargante não são constatadas no acórdão recorrido. A bem da verdade, tenta a embargante repaginar argumentos já enfrentados para vê-los novamente discutidos.

Analisando as conclusões adotadas por esta Câmara na decisão atacada, não se entrever vício embargável. Veja-se.

Quanto à inimputabilidade do cancelamento do voo à embargante e à sua comunicação aos embargados com antecedência, ficou claro na decisão embargada que, de acordo com a jurisprudência do STJ, cabia à companhia aérea embargante provar fator excepcional que justificasse o cancelamento. Do mesmo modo, assentou-se que a justificativa apresentada pela embargante se enquadra como mero risco da atividade empresarial.

Sendo assim, foi necessário analisar se as propostas feitas para compensar o cancelamento do voo seriam uma prestação de serviço equivalente, o que foi feito nos seguintes termos:

"É certo que a recorrente menciona que duas opções foram abertas aos apelados: a) reembolso dos valores/milhas despendidos; b) reacomodação em outros voos.

A partir dessa informação, já se resolve a questão dos danos materiais pleiteados e se obsta a possibilidade de reforma integral da sentença pretendida pelo apelante.

Ora, se a própria companhia apelante dignou-se extrajudicialmente, numa das opções acima, a reembolsar os valores/milhas despendidos, e não tendo sido o serviço efetivamente prestado, por questão de justiça financeira e de vedação ao locupletamento ilícito, o pedido de indenização por danos materiais é, a todas as luzes, procedente, devendo-se manter a sentença no ponto.

Quanto aos danos morais, a jurisprudência pátria tem se encaminhado para reconhecê-los em casos que tais, ainda que a prestadora do serviço de transporte aéreo reembolse o consumidor.



De outro lado, não consta nos autos prova de que a segunda opção foi realmente realizada e muito menos em que termos foi feita. E, ainda que, com bonomia, se assumisse que o remanejamento para voos de outras companhias aéreas foi oferecido, a própria apelante aduz que o retorno ao Brasil seria disponibilizado em voo mais próximo ao da apresentação dos apelados no aeroporto chileno, ou seja, a prestação específica alternativa colocaria os apelados em situação extremamente desconfortável e insegura. De fato, por mais respeitável que seja a sociedade apelante, como é possível que o consumidor viaje a outro país sem uma garantia firme de retorno?"

Sobre o alegado **desrespeito ao art. 944 do CC/02**, restou clara a desnecessidade de demonstração dos danos morais, que foram considerados *in re ipsa*, além do que o arbitramento feito pelo juízo de origem foi devidamente analisado à luz dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

No mais, vale anotar que a jurisprudência do STJ é firme no sentido de que, mesmo em âmbito de prequestionamento, é necessário que o Embargante indique um dos vícios elencados no art. 535 do CPC. Ademais, ainda consoante o entendimento daquela Excelsa Corte, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos do recorrente, desde que fundamente devidamente sua decisão, sob pena de se transformar o Judiciário em balcão de consulta¹. Não é aceitável, assim, que se tente forçar omissões em julgados a partir de argumentação genérica pouco ou nada propensa a influenciar na solução da demanda.

Desse modo, resta claro o intuito da embargante de rediscutir a matéria e, ainda assim, sem argumentos jurídicos procedentes, indo ao encontro de massiva jurisprudência que interdita essa utilidade aos embargos de declaração. Sob esse diapasão, coletam-se os seguintes precedentes jurisprudenciais:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. MAJORAÇÃO DA MULTA DO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. 1. Os embargos de declaração só se prestam a sanar obscuridade, omissão ou contradição porventura existentes no acórdão, não servindo à rediscussão da matéria já julgada no recurso. 2. Embargos de declaração rejeitados e considerando, pela segunda vez, o seu caráter protelatório, majora-se a multa aplicada nos embargos declaratórios anteriores, para 5% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao respectivo depósito. (STJ, 4ª T., EDcl nos EDcl no

¹ STJ - EDcl no AgRg no Ag: 1109057 SP 2008/0231350-8, Relator: Ministro LUIZ FUX, Data de Julgamento: 06/10/2009, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 16/10/2009; STJ - EDcl no AgRg no Ag: 1116428 SP 2008/0244643-5, Relator: Ministro LUIZ FUX, Data de Julgamento: 20/10/2009, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 05/11/2009; STJ - EDcl no REsp: 922951 RS 2007/0023974-0, Relator: Ministro LUIZ FUX, Data de Julgamento: 18/05/2010, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 09/06/2010.



AgRg no REsp 762769/RS, Relator(a) Ministra Maria Isabel Gallotti, Data do Julgamento 15/03/2012, Data da Publicação/Fonte DJe **23/03/2012**) (grifos nossos)

CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DE SERVIÇOS DE SAÚDE. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. REDISSCUSSÃO DA MATÉRIA JÁ EXAMINADA. APRECIÇÃO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. (STJ, 1ª T., EDcl no AgRg no AgRg no REsp 1218088/MG, Relator(a) Ministro Francisco Falcão, Data do Julgamento 01/03/2012, Data da Publicação/Fonte DJe **09/03/2012**)(grifos nossos)

Ante o exposto, **VOTO** no sentido de **REJEITAR** os Embargos de Declaração.

Recife, 28-1-2014

Desembargador Bartolomeu Bueno
Relator